

Coutinho: Governo segura verbas do Orçamento e pede créditos

Senador questiona papel do Congresso na matéria e defende liberação de pelo menos metade das dotações previstas para os 10 grandes projetos eleitos pela bancada do Pará

Lobão propõe amplo debate sobre reeleição



Edison Lobão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) propôs ontem aos senadores que aprofundem o debate sobre reeleição, observando

que "o Congresso Nacional deve discutir o assunto para tomar uma decisão com equilíbrio e moderação". Dizendo-se favorável à tese da reeleição em todos os níveis, mas a partir dos próximos mandatos, Lobão afirmou que os senadores devem analisar as opiniões relacionadas ao tema que vêm sendo divulgadas pela imprensa.

- Quanto à proposta de que a chamada emenda da reeleição aproveite os atuais mandatos, eis aí a temática que me está levando a reflexões mais profundas - disse.

Lobão pediu a transcrição nos anais de artigo de Gilberto Amaral, publicado pelo *Correio Braziliense*, defendendo a reeleição de FHC.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que "a ação do Presidente para alcançar a reeleição está inibindo até seus correligionários".

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) lamentou que o governo não esteja respeitando o Orçamento da União, adotando medidas típicas da época de inflação, quando esperava a desvalorização corroer os valores para liberar alguma parcela. "Agora, o governo contingencia boa parcela do Orçamento e, depois, pede créditos extraordinários no apagar das luzes do exercício, mas não libera as dotações previstas na lei orçamentária."

- E o planejamento, onde fica? Será que a estratégia é contingenciar durante o ano e



Coutinho Jorge

depois realocar recursos em atividades de interesse exclusivo do governo federal? - questionou.

Coutinho Jorge lembrou que a bancada do Pará se reuniu, pelo segundo ano consecutivo, e decidiu em comum acordo quais eram as dez obras mais

importantes para o estado. Os deputados e senadores elegeram obras fundamentais para o Pará, como a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém e o "linhão" de Tucuruí, para levar energia ao baixo Tocantins. "Até agora, nenhum centavo foi liberado para essas obras", frisou.

Coutinho apelou ao governo para liberar, nos próximos 45 dias, pelo menos a metade das dotações para os 10 grandes projetos eleitos pela bancada do estado. "Caso contrário, teremos motivos sérios para perguntar: para que serve o Congresso quando se trata de orçamento?", advertiu.

Alcântara alerta para aumento do alcoolismo entre adolescentes

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) alertou para o crescente aumento do consumo de bebidas alcoólicas no Brasil, principalmente por parte de adolescentes. Na opinião do senador, há uma condescendência generalizada com essas bebidas que "são a raiz de muitas desavenças familiares, da violência e de grande parte dos acidentes de trânsito".

Somente em 1995, segundo o senador, o álcool foi responsável pela ocorrência de 76.600 acidentes automobi-



Lúcio Alcântara

lísticos no Brasil e de 6% dos assassinatos mais violentos em São Paulo. Ao assinalar que, segundo estudos da USP, os problemas com o álcool aparecem normalmente na adolescência,

Alcântara atribuiu esse fato à ausência, na legislação, de qualquer restrição à propaganda de cerveja e vinho no rádio e na televisão, assim como ao descumprimento da legislação que proíbe a venda de bebidas a menores de 18 anos.

Além do cumprimento da lei, Alcântara defendeu "ampla campanha de esclarecimento" sobre os males que o álcool provoca. Em aparte, Romeu Tuma (PSL-SP) alertou que "o álcool é a grande droga do momento".

Requião denuncia golpe do cigarro

Intenção é evitar prejuízo para o Tesouro maior que a arrecadação com a CPMF. Página 3

Tuma defende ação do Calha Norte na fronteira

Trabalho das Forças Armadas no norte do País, apesar da falta de recursos, é exaltado pelo senador, ao antecipar pontos do relatório da comissão especial que esteve na área

Com recursos orçamentários reduzidos à metade do que lhe era destinado, o Projeto Calha Norte é a única presença efetiva do Estado brasileiro em amplas áreas de fronteira do País, disse ontem o senador Romeu Tuma (PSL-SP), ao antecipar, em plenário, conclusão do relatório final sobre visita de parlamentares à área daquele empreendimento.

Integrante da comissão especial do Congresso destinada a reavaliar o Projeto Calha Norte, visando ao seu reavivamento, Romeu Tuma exaltou o trabalho ali desenvolvido pelas Forças Arma-



Romeu Tuma

das, através dos pelotões de fronteira, "com evidente escassez de meios".

Uma constatação animadora feita pela comissão, segundo Tuma, foi a de verificar que o Projeto Sivam já é realidade. Dois radares ins-

talados permitem o acompanhamento de aeronaves civis e a localização de aviões clandestinos, atividades que o senador espera sejam feitas complementarmente às desenvolvidas pelo Calha Norte.

A vigilância das fronteiras é feita sobre grandes áreas isoladas, de baixa densidade demográfica e difícil acesso, salientou Tuma, acrescentando que as principais reivindicações apresentadas à comissão pelos oficiais que a recepcionaram relacionam-se a recursos para compra de material de construção, asfalta-

mento e recuperação de rodovias e estradas. Além disso, também reivindicam material permanente e de recuperação das instalações dos postos de fronteira e das casas de oficiais, sargentos e cabos.

Apesar de a prestação de serviços sociais não ser função precípua das tropas de fronteira, são médicos, dentistas e farmacêuticos militares as únicas presenças do poder público na região, acentuou o senador. Outros órgãos, como Ibama, Funai e Polícia Federal, "vez ou outra" atuam na região.

Suplicy cobra resposta do BC sobre operações da prefeitura de São Paulo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) reiterou ontem que aguarda resposta do ministro da Fazenda, Pedro Malan, relativa às investigações feitas pelo Banco Central sobre operações financeiras com títulos da dívida pública realizadas pelo então secretário da Fazenda da Prefeitura de São Paulo, Celso Pitta. Suplicy espera que as informações lhe sejam enviadas até esta quarta-feira (dia 13), quando se encerra o prazo constitucional de 30 dias após o encaminhamento do pedido.

Na expectativa de que a res-

posta seja a mais completa possível, o senador comprometeu-se a divulgá-la imediatamente após seu recebimento. A avaliação do BC, na opinião de Suplicy, é relevante para determinar se as operações resultaram ou não em prejuízo para o interesse público, conforme noticiado pela imprensa antes do primeiro turno das eleições municipais. Nesse sentido, disse o senador, Celso Pitta é o maior interessado na resposta, seja para demonstrar a lisura das operações realizadas ou para explicar problemas porventura apontados pelo Banco Central.

Suplicy registrou também que o Comitê Setorial de Desenvolvimento Rural do Conselho da Comunidade Solidária dirigiu correspondência ao presidente do Congresso, José Sarney, solicitando a apreciação de três projetos de lei considerados relevantes para acelerar o processo de reforma agrária no País. Já aprovados na Câmara, os três projetos estão aguardando parecer do



Eduardo Suplicy

senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e versam sobre a ampliação da competência do Ministério Público em litígios coletivos pela posse de terra urbana e rural; o procedimento ordinário na concessão de medidas liminares; e a instituição do rito sumário para fins de desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária.

Ainda sobre reforma agrária, Suplicy lembrou que, no próximo dia 19, a Comissão de Assuntos Econômicos realizará audiência pública no plenário do Senado, às 10h. Estarão presentes os ministros da Reforma Agrária e da Agricultura, Raul Jungmann e Arlindo Porto, e líderes do empresariado e dos trabalhadores rurais.

Senador faz apelo em favor do debate

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez um apelo ontem para que os dois candidatos à prefeitura de São Paulo cheguem a um acordo com as Redes Bandeirantes e Globo de Televisão e realizem o debate que poderia ser transmitido em um sistema de *pool*. Suplicy sugeriu que Celso Pitta (PPB) e Luíza Erundina (PT) participem da iniciativa das duas emissoras, com a presença de jornalistas de ambas as redes e que seja transmitido simultaneamente pelos dois canais.

O senador afirmou que, de acordo com pesquisa do jornal *O Estado de S. Paulo*, 79% da população paulista quer ver o debate entre os candidatos.

- Por que não se chegar a um entendimento? - indagou Suplicy.

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador José Sarney

10h - Despachos internos
11h - Recebe o vice-presidente mundial da IBM, Todd Flansbery
14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado

PLENÁRIO
14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Requião quer acabar com contrabando de cigarro

Preocupado com a sonegação representada pela venda no mercado interno do produto destinado à exportação, senador apresenta projeto com novas exigências para os fabricantes

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) voltou a denunciar ontem, em plenário, que cigarros brasileiros originariamente destinados à exportação estão sendo reintroduzidos clandestinamente no Brasil, causando prejuízos totais superiores ao volume de recursos previstos com a arrecadação, no próximo ano, da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira).

Como essas exportações não estão sujeitas a nenhum tributo, subtraem-se dos cofres públicos o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), que incidiria sobre o cigarro à alíquota de 330%, e o ICMS (Imposto sobre Circulação de

Mercadorias), cuja alíquota, no caso, seria de 25%, cumulativo com o IPI.

Conforme Requião, as exportações de cigarros brasileiros para o Paraguai e demais países do Cone Sul consistem em operações nas quais a mercadoria retorna clandestinamente e muitas vezes nem sai fisicamente do Brasil. Ele sustenta que essas vendas vêm crescendo rapidamente nos últimos anos, causando inaceitável prejuízo à fazenda nacional. Em sua opinião, "é inacreditável que operações como essas passem despercebidas pela Receita e pela Polícia Federal".

Requião considera vergo-



Roberto Requião

nha essa situação, visto que, se consumissem todo o cigarro oficialmente importado do Brasil, os 4,5 milhões de habitantes do Paraguai seriam todos fumantes, incluindo-se os recém-nascidos.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PSL-SP) criticou o "desleixo" das autoridades com o contrabando, e sugeriu

que o Senado convoque empresários da indústria de cigarros para discutir o assunto na Casa. Requião respondeu que, "ao invés de convidados ao Legislativo, esses empresários deviam ser convocados a uma delegacia de polícia".

ADVERTÊNCIA

Para evitar o problema, Requião apresentou projeto de lei prevendo que cigarros e bebidas fabricados no Brasil para exportação não poderão ser vendidos nem expostos à venda no País, devendo a embalagem de cada maço e lata de cerveja exibir, obrigatoriamente, tarja vermelha com advertências de que a venda do produto é ilícita no mercado interno.



Henrique Loyola

Loyola tenta isentar empresas de taxas de fiscalização

O senador Henrique Loyola (PMDB-SC) apresentou projeto de lei que põe fim à exigência do registro de empresas nos órgãos de fiscalização profissional. O senador argumenta que é hora de se revogarem as disposições legais que vêm impondo esses injustificados gravames do "custo Brasil" às empresas.

Henrique Loyola argumenta que a obrigatoriedade de cadastramento nesses órgãos deve se restringir aos profissionais. "As autarquias encarregadas de fiscalizar as profissões regulamentadas, ditas conselhos federais e regionais dessas habilitações, exigem que as empresas sejam cadastradas em cada um deles, cobrando-lhes taxas anuais, e, na falta destas, aplicando-lhes multas", acentua.

Campos pede estímulo aos remédios à base de plantas

"O Brasil pesquisa, mas na realidade não fabrica comercialmente os medicamentos a partir do emprego dos princípios ativos descobertos pelos pesquisadores brasileiros", afirmou o senador Júlio Campos (PFL-MT), ao cobrar maior atenção das autoridades para a biodiversidade brasileira. Ele defendeu a urgente adoção no Brasil de medidas que permitam o desenvolvimento de tecnologias e a produção de medi-

camentos fitoterápicos (produzidos à base de plantas).

O senador explicou que, em todo o mundo, vem crescendo a utilização de medicamentos fitoterápicos, de eficácia cientificamente comprovada, e citou como exemplo o fato de a própria Organização Mundial de Saúde ter incluído as plantas no programa "Saúde

para Todos no ano 2000". Conforme Júlio Campos, é também grande no Brasil o número de estudiosos interessados no crescimento dessa indústria farmacêutica a partir das plantas nativas.

A biodiversidade brasileira é uma das mais ricas do mundo. Um sem-número de pesquisas atestam ser o Brasil um dos quatro países mais ricos em biodiversidade, sendo o primeiro no número total de espécies de organismos, graças à variedade existente nos nossos mais de 3 milhões de quilômetros quadrados de florestas.

Júlio Campos considera importante informar ao grande público que o País está na linha de frente das pesquisas em que se determinam os componentes químicos das plantas medicinais.



Júlio Campos

Escórcio alerta prefeitos do MA para cortes

O senador Francisco Escórcio (PFL-MA) disse ontem que os prefeitos eleitos não devem contar com os recursos orçamentários obtidos por meio de emendas de parlamentares, porque essas verbas têm sido cortadas pelos técnicos do Tesouro Nacional.

A atuação parlamentar durante a discussão do Orçamento tem sido frustrada devido ao contingenciamento, que nada mais é do que o termo usado pelos técnicos do Tesouro para cancelar, com o uso de decreto, recursos conseguidos para os municípios pelos senadores e deputados.

Escórcio afirmou já ter alertado os prefeitos eleitos do Maranhão, ligados ao seu grupo político, das dificuldades que poderão enfrentar ao assumirem o mandato. O senador enfatizou sua preocupação com "a grave realidade" dos municípios.



Escórcio

Valmir sugere independência para os IMLs

Segundo senador, laudos técnicos são de grande importância na aplicação da Justiça e eficiência do trabalho policial e, por isso, peritos e legistas devem ter atuação autônoma

Projeto integra a educação profissional



Dutra

Projeto de lei apresentado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) fixa diretrizes e bases para o estabelecimento de uma política de educação profissional em todo o País, levando em consideração as alternativas que este tipo de oferta de ensino pode proporcionar.

De acordo com o projeto, que prevê educação tecnológica básica nos níveis fundamental, médio e superior, esse sistema de ensino seria desenvolvido por uma Rede Nacional de Educação Profissional (Renap), mediante a participação das redes públicas federal, estadual e municipal e da rede privada, além de instituições equivalentes.

A Renap seria integrada pelas atuais instituições de formação profissional, como centros federais de educação tecnológica, escolas técnicas e agrotécnicas federais e serviços de aprendizagem mantidos pelo comércio e pela indústria.

O projeto será apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, depois, em deliberação terminativa, pela Comissão de Educação.

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) dirigiu apelo ao ministro da Justiça, Nelson Jobim, para que seja enviado logo ao Congresso Nacional o projeto de lei por ele anunciado desvinculando os Institutos de Medicina Legal (IML) da Polícia Civil. O senador sugeriu que, caso não tenha sido ainda elaborada a proposta, o ministro "crie uma comissão especial para estudar o



Valmir Campelo

assunto".

Professores, legistas, universidades, a Sociedade Brasileira de Médicos Legistas e parlamentares de todas as bancadas têm reclamado a urgente desvinculação dos IMLs da polícia e realçado a necessidade de que adquiram autonomia administrativa e financeira, única forma de os recursos que lhes são destinados não virem a ser desviados, como hoje se

dá - afirmou.

Valmir lembrou que os laudos técnicos são de grande importância para a Justiça e eficiência do trabalho policial e, por isso, destacou, deve ser modificada a legislação vigente.

Em aparte, Romeu Tuma (PSL-SP) ressaltou a necessidade de aperfeiçoamento dos legistas e peritos. "O Brasil não tem mandado representantes desta área ao exterior para aprender novas tecnologias, por exemplo, na identificação de cadáveres", lamentou.

Benedita não aceita tirar tíquete do trabalhador

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) criticou dispositivo do projeto de lei do governo que altera o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, com o argumento de que, na realidade, a medida acaba com o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), "que há 20 anos vem sendo um dos raros planos de redistribuição de renda no País".

- O motivo alegado é de que existe uma máfia adquirindo esses vales no mercado paralelo. Na realidade, não se sabe o número de vales que é negociado com os chamados "tiqueteiros", mas entendo que a ação adequada do go-



Benedita da Silva

verno seria fiscalizar, interferir, enfim, combater as quadrilhas, punindo os responsáveis pelos desvios. Mas não simplesmente acabar com o benefício, que se destina à imensa maioria dos trabalhadores - salientou.

Benedita da Silva relacionou, entre os motivos que, a seu ver, justificam a manutenção do PAT, o aumento da produtividade dos trabalhadores e a redução do número de acidentes de trabalho desde sua implementação. Disse ainda que o fim desse programa de alimentação só viria contribuir para elevar o índice de desemprego no País.

Morte e Vida Severina na Semana de Cultura

A programação para hoje da I Semana de Cultura do Legislativo, promovida pelo Sindicato, inclui a apresentação da peça *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto. A encenação está a cargo do grupo de teatro da Universidade Católica de Brasília, às 18h, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados.

Na oportunidade, o coral da universidade fará uma apresentação musical e será aberta uma exposição de trabalhos artesanais de Dirce de Lima Mendes, Maria Elenice Felipe e Luciana Teixeira Rabelo, todas funcionárias do Tribunal de Contas da União. A I Semana de Cultura acontece até o dia 20 deste mês, nas dependências da Câmara e do TCU.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES VALMIR CAMPELO, ROMEU TUMA E EDUARDO SUPLYCY

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna
■ Diretor-Geral do Senado: Agaciela da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal